

# **Projeto**

## **Modernização e Profissionalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar**

**2008**

# SUMÁRIO

1. Caracterização do Baixo Sul.....	03
2. Ações já Empreendidas.....	09
3. Programa de Ação para 2008.....	10
3.1 Concentração.....	10
3.2 Área de Abrangência .....	10
3.3 Objetivo Geral .....	10
3.4 Objetivos Específicos.....	11
3.5 Filosofia.....	11
4. Metodologia.....	12
5. Resultados Esperados.....	14
6. Orçamento.....	15

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO BAIXO SUL

O **Baixo Sul** é uma região da **Bahia** composta por **11 municípios**, que abrange uma superfície de **6.138 Km<sup>2</sup>**, com uma população total de **259.191 habitantes**. A **densidade demográfica** média é de **42,23 hab./km<sup>2</sup>**, de acordo com o Censo Demográfico 2000.

**Tabela 1 - População total e área por ordem decrescente da densidade demográfica, Baixo Sul, 2000.**

Municípios	População	Área		Densidade (hab./km <sup>2</sup> )
		Km <sup>2</sup>	%	
Valença	77.509	1.191	19,40	65,08
Ituberá	24.133	423	6,89	57,05
Ibirapitanga	22.177	470	7,66	47,19
Presidente Tancredo Neves	19.404	414	6,74	46,87
Pirai do Norte	10.425	228	3,71	45,72
Taperoá	15.933	409	6,66	38,96
Camamu	33.661	885	14,42	38,04
Igrapiúna	14.960	508	8,28	29,45
Nilo Peçanha	11.213	385	6,27	29,12
Cairu	11.410	451	7,35	25,30
Maraú	18.366	774	12,61	23,73
<b>Total Baixo Sul</b>	<b>259.191</b>	<b>6.138</b>	<b>100,00</b>	<b>42,23</b>

Fonte: SEI - Dinâmica sociodemográfica da Bahia 1980-2000.

O Baixo Sul apresenta um reduzido grau de urbanização. Em 1980, a taxa de urbanização era de apenas 25,59%, atingindo 27,51%, em 1991, e 38,02%, em 2000. Apenas três municípios (Valença, Ituberá e Cairu) apresentam uma população urbana mais elevada do que a população rural. Os demais municípios são predominantemente rurais, em especial Maraú e Igrapiúna, com os menores graus de urbanização, de apenas 15,51% e 15,89%, respectivamente.

Mesmo com as baixas taxas de urbanização registradas, é importante observar que houve um incremento considerável da população urbana em todos os municípios no período 1980/2000, denotando um êxodo rural, em especial nas cidades maiores que funcionam como centros dinâmicos da região. Alguns



fatores impulsionam esse processo de urbanização, como a construção da BR-101, ainda na década de 1970, e mais recentemente as mudanças na estrutura econômica da região, com o incremento da atividade turística.

A decadência do cacau e a manutenção da policultura tradicional atuam como fatores de expulsão da população rural, que se dirige para os centros urbanos do próprio município ou para as cidades maiores. Deve-se observar que os ritmos de crescimento urbano e rural de 1991-2000 devem ser analisados com cautela devido aos reajustes de limites das áreas urbanas da Bahia que avançaram sobre as rurais, bem como pela criação de novos distritos, entre 1991-2000.

**Tabela 2 - População urbana e rural, Baixo Sul, 1980-2000.**

Municípios	População Urbana			População Rural		
	1980 (1)	1991	2000	1980 (1)	1991	2000
Cairu	5.651	5.597	6.981	5.391	9.620	4.429
Camamu (3) (4)	5.979	8.125	12.107	23.618	24.725	21.554
Ibirapitanga (4)	4.622	6.697	6.363	15.690	20.087	15.814
Igrapiúna (2) (4)	852	966	2.377	5.707	11.729	12.583
Ituberá (4)	8.358	11.806	15.910	11.742	8.747	8.223
Maraú (4)	2.107	2.651	2.849	12.194	14.845	15.517
Nilo Peçanha (4)	1.200	1.980	2.495	6.396	10.310	8.718
Piraí do Norte (2)	1.201	1.848	2.787	6.298	11.911	7.638
Presidente Tancredo Neves (2) (4)	-	2.136	6.221	14.315	16.399	13.183
Taperoá	4.548	7.308	7.523	7.586	9.738	8.410
Valença (3) (4) (5)	31.813	43.699	55.884	20.155	23.232	21.625
<b>Total Baixo Sul</b>	<b>66.331</b>	<b>92.813</b>	<b>121.497</b>	<b>129.092</b>	<b>161.343</b>	<b>137.694</b>

Fonte: SEI - Dinâmica sociodemográfica da Bahia 1980-2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários do IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

A observação dos dados permite destacar, em termos gerais, a relativa estagnação populacional de Maraú e Taperoá, a pequena dinâmica populacional de Valença, Nilo Peçanha e Ituberá, as grandes perdas rurais de Cairu, a compensação rural-urbana de Piraí do Norte e Ibirapitanga, os grandes ganhos urbanos de Presidente Tancredo Neves e o crescimento, sobretudo urbano, de Igrapiúna.

Os indicadores do Baixo Sul revelam que a microrregião está passando pelo mesmo processo de transição demográfica observado para a Bahia como um todo, a partir da década de 1960. Esse processo implica: declínio da mortalidade infantil, sobretudo entre as crianças de 0-5 anos; declínio da fertilidade; desaceleração do ritmo de crescimento vegetativo; e envelhecimento da população. Estas tendências estão implícitas na distribuição etária da população do Baixo Sul.

O Censo Demográfico do IBGE de 2000 revela que as faixas com maior representatividade são a dos 10/14 anos e a dos 15/19 anos, ao passo que a faixa de 0-9 anos é menos significativa. A faixa dos 20-35 anos, no auge da idade economicamente ativa, apresenta um decréscimo acentuado, indicando que deve ocorrer uma significativa emigração de população em busca de melhores oportunidades de vida. Há também um progressivo envelhecimento da população.



Quanto ao rendimento, o que se vê na região é uma profunda pobreza, que a despeito de toda riqueza ambiental que impressiona, torna o Baixo Sul uma das mais atrasadas regiões da Bahia.

**Tabela 3 - Classes de rendimento nominal mensal de pessoas responsáveis pelo domicílio, Baixo Sul, 2000.**

Classes de rendimento	Situação do domicílio					
	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Até 1/4 de salário mínimo	441	1,46	557	1,72	998	1,59
Mais de 1/4 a 1/2 de salário mínimo	1.425	4,70	2.375	7,33	3.800	6,06
Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo	2.231	7,37	5.672	17,49	7.903	12,60
Mais de 3/4 a 1 salário mínimo	10.561	34,87	12.350	38,09	22.911	36,54
Mais de 1 a 1 1/4 de salário mínimo	1.013	3,34	1.456	4,49	2.469	3,94
Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salário mínimo	2.016	6,66	2.434	7,51	4.450	7,10
Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos	3.199	10,56	2.202	6,79	5.401	8,61
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1.947	6,43	899	2,77	2.846	4,54
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2.010	6,64	675	2,08	2.685	4,28
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1.376	4,54	383	1,18	1.759	2,81
Mais de 10 a 15 salários mínimos	324	1,07	72	0,22	396	0,63
Mais de 15 a 20 salários mínimos	189	0,62	36	0,11	225	0,36
Mais de 20 a 30 salários mínimos	75	0,25	18	0,06	93	0,15
Mais de 30 salários mínimos	126	0,42	25	0,08	151	0,24
Sem rendimento	3.354	11,07	3.268	10,08	6.622	10,56
<b>Total</b>	<b>30.287</b>	<b>100,0</b>	<b>32.422</b>	<b>100,0</b>	<b>62.709</b>	<b>100,0</b>

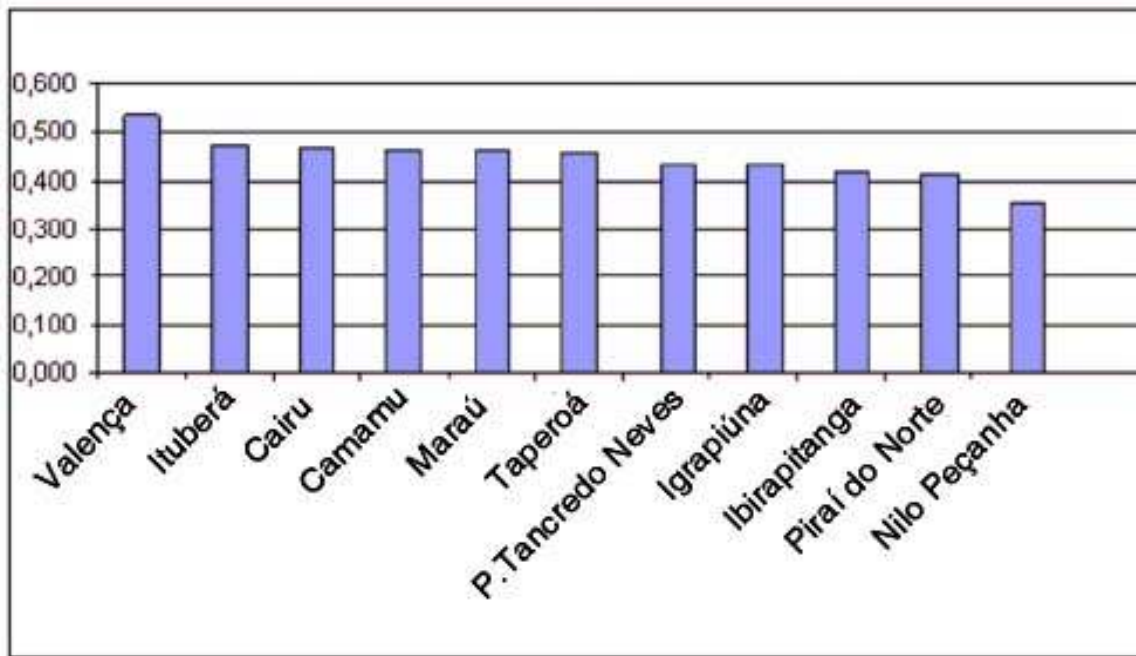
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Cerca de **68% da população** do Baixo Sul não possui **nenhum tipo de rendimento** ou **ganha até um salário mínimo**. Apenas **8,47% da população** recebe **mais de R\$ 780,00**. A questão da renda se reflete nos demais indicadores, revelando o abismo social existente na região.



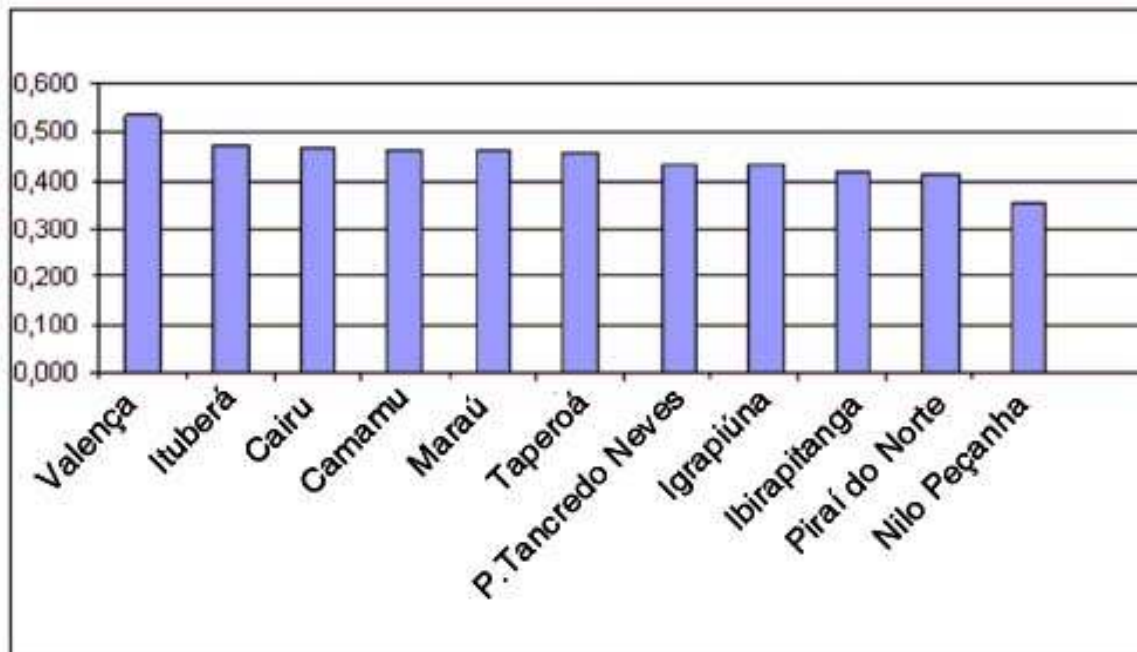
Valença, todos os municípios possuem baixa condição de vida.

Esse atraso é evidente ao analisarmos os **baixíssimos indicadores de condições de vida** dos municípios da região. O Índice de Condição de Vida calculado pelo IPEA/PNUD/FJP/IBGE, com base em 20 indicadores de Renda, Educação, Infância, Habitação e Longevidade, mostram que, excetuando



Fonte: IPEA, FJP, PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998

Avaliando outra ferramenta de análise, o **Índice de Desenvolvimento Infantil**, que é um indicador relativo à infância, elaborado pelo UNICEF, também percebemos o péssimo desempenho dos municípios da região e as precárias condições de vida a que estão expostas a crianças e os adolescentes.



Fonte: Unicef, Situação da Infância Brasileira (2001)

Outro importante indicativo das condições sociais da região é a estimativa de famílias pobres. De acordo com o Censo de 2000, estimou-se que a região possui 30.073 famílias consideradas pobres, isso significa dizer que metade das famílias do Baixo Sul está incluída nesse nível, o que corresponde a aproximadamente 134 mil pessoas. Esse é o universo desafiador sobre o qual o IDC pretende concentrar suas ações, de forma organizada, no decorrer dos próximos 05 anos.



Municípios	Número de Famílias	Prop. (%) *
Cairu	1259	48,4
Camamu	4123	55,8
Ibirapitanga	2783	54,0
Igrapiúna	1764	55,3
Ituberá	2955	52,9
Maraú	2210	54,3
Nilo Peçanha	1279	49,3
Pirai do Norte	1243	53,0
Presidente Tancredo Neves	2497	59,1
Taperoá	2095	59,0
Valença	7865	40,9
<b>Total Baixo Sul</b>	<b>30.073</b>	<b>50</b>

Fonte: Levantamento realizado pela SEAS/MPAS, em 6/9/2002 para o Projeto Alvorada.

Nota: Tendo em vista que os dados municipais sobre famílias para 2000 ainda não foram divulgados pelo IBGE, tomou-se por hipótese que cada domicílio corresponde a uma família. Isso se justifica quando se observa o tipo de relacionamento entre os moradores e o chefe do domicílio, em que a quase totalidade é de cônjuges e filhos. Calculou-se, então, o percentual de famílias em relação ao total de domicílios, utilizando-se a média de moradores por domicílio da Microrregião para a estimativa de pessoas nas famílias.

## 2. AÇÕES JÁ EMPREENDIDAS

Em 2000, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul - IDES, criou o Programa Direito e Cidadania, com o apoio do BNDES e do Ministério Público da Bahia.

De 2000 a 2005, foram realizadas as seguintes ações:

- A) Sensibilização, mobilização e articulação das forças vivas das comunidades do Baixo Sul da Bahia para a implantação, capacitação e fortalecimento da atuação autônoma das Comissões Pró-Cidadania (fóruns de organização da sociedade civil);
- B) Realização de um diagnóstico situacional dos conselhos municipais, resultando na verificação das estruturas existentes e suas condições operacionais, bem como o relacionamento dos Conselhos e ONG, Órgãos Públicos, etc. A partir de então, foi elaborado um instrumento científico e sinalizador dos caminhos a serem trilhados tendo nos processos de capacitação como na mobilização e articulação das comunidades locais;
- C) Organização e fortalecimento dos Conselhos Municipais da Área Social (educação, saúde, assistência social, dos direitos da criança e do adolescente e tutelares) nos 11 Municípios do Baixo Sul da Bahia, em parceria com a sociedade civil e com as administrações públicas, com foco no protagonismo juvenil;

Ações empreendidas em 2006/2007:

- a) Estruturação do processo seletivo do Conselho Tutelar de Valença e Capacitação dos Conselheiros Tutelares sobre ECA, Atribuições do Conselho Tutelar, Mediação de Conflitos, Sistema de Garantia de Direitos em Rede e Elaboração do PA do CT;
- b) Capacitação dos Conselheiros Tutelares dos municípios de Taperoá e Igrapiúna sobre ECA, Atribuições do Conselho Tutelar, Sistema de Garantia de Direitos em Rede e Elaboração do PA do CT;
- c) Apoio na organização das Conferências e ou reuniões ampliadas dos Direitos da Criança e do Adolescente nos 11 municípios do Baixo Sul da Bahia e na Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

### **3. PROGRAMA DE AÇÃO PARA 2008**

#### **3.1 Concentração**

No Baixo Sul, o Instituto Direito e Cidadania (IDC), OSCIP que assumiu o Programa Direito e Cidadania, vem mantendo convênios de cooperação com o Ministério Público, com a Controladoria Geral da União (CGU), a Secretária Especial de Direitos Humanos e o Tribunal de Justiça da Bahia, objetivando o fortalecimento da Sociedade Civil Organizada, a partir da Cooperação entre os diversos seguimentos citados.

Para 2008, o foco do IDC será a modernização e profissionalização dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

#### **3.2 Área de Abrangência**

Em 2008, será apoiado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente (CMDCA) de Presidente Tancredo Neves. Os demais conselhos dos municípios da região do Baixo Sul serão convidados para os projetos e capacitações que o CDMCA de Presidente Tancredo Neves irá dispor.

#### **3.3 Objetivo Geral**

O IDC pretende atuar em apoio aos CMDCA e Conselhos Tutelares do Baixo Sul, apoiando na organização e profissionalização de suas estruturas, para que, de forma eficaz e eficiente, possam orientar as instituições da Sociedade Civil, tornando-as aptas a se cadastrar nos CMDCA e poder captar recursos por meio da Lei 8069/90, a fim de contribuir na execução de políticas públicas em prol da infância e adolescência.

### 3.4 Objetivos Específicos

- a) Apoiar a organização da estrutura administrativo-financeiro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar de Presidente Tancredo Neves tendo os demais municípios da região do Baixo Sul convidados para capacitação, fortalecendo a interação entre os mesmos e a rede;
- b) Fortalecer o sistema de comunicação entre os conselheiros municipais do Baixo Sul da Bahia (Presidente Tancredo Neves, Valença, Cairu, Ibirapitanga, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú e Piraí) do Norte a fim de otimizar os serviços da Rede da Infância e da Adolescência e a troca de experiência entre os atores;
- c) Promover melhoria contínua do atendimento prestado pelo Conselho de Presidente Tancredo Neves para a população da infância e adolescência, assegurando políticas básicas de educação e saúde, através do fortalecimento da Rede de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Contribuir no processo de articulação política, a fim de garantir a execução de programas que visem à erradicação do trabalho infantil, melhorando o sistema de atendimento de 25.000 crianças e adolescentes;
- e) Chancelar o fundo municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Presidente Tancredo Neves confirmando sua situação de apto a receber recursos, sendo referência para os outros municípios da região do Baixo Sul;
- f) Apoiar na formação do CMDCA de Presidente Tancredo Neves na área contábil-financeira para o correto acompanhamento, aplicação e fiscalização dos recursos do fundo.

### 3.5 Filosofia

- Desenvolver e fortalecer a capacidade de atuação dos conselheiros municipais como formuladores de políticas de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- Desenvolver e fortalecer os conhecimentos e a capacidade de atuação dos conselheiros tutelares no atendimento dos casos, no encaminhamento e na verificação de denúncias de violações dos direitos da criança e adolescente.
- Orientar a correta atuação e responsabilidades dos Conselhos na defesa dos direitos da criança e adolescente.

- Fomentar a capacidade dos Conselhos de estabelecer vínculos de parceria e mobilizar agentes locais e outros atores sociais do sistema de garantia dos direitos da criança e adolescente.
- Apoiar na formação e / ou estruturação dos Conselhos Tutelares, possibilitando uma formação com vistas a uma atuação efetiva na garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Desenvolver ações que visem o fortalecimento do Sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

#### **4. Metodologia**

A profissionalização dos CMDCA do Baixo Sul ocorrerá por meio de capacitações mensais, visando à organização de suas estruturas funcionais, tornando-as aptas a receber recursos de empresas e contribuintes que queiram destinar parte do IR aos Fundos da Infância e da Adolescência – FIA.

O IDC atuará com seus parceiros (Ministério Público, CGU e CMDCA de Porto Alegre) visando preparar os CMDCA para que possam estar aptos a qualificar as instituições sociais do Baixo Sul, para que as mesmas possam buscar recursos para execução dos seus projetos.

A qualificação do CMDCA e dos Conselhos Tutelares abrangerá os seguintes módulos, sendo diretamente para Presidente Tancredo Neves e indiretamente para os conselhos dos outros municípios do Baixo-Sul que participarem:

<b>Módulos</b>	<b>Objetivos (Resultados)</b>	<b>Indicadores de Desempenho</b>
Estrutura administrativa e financeira dos Conselhos	Formação dos conselheiros em administração pública (PPA, LDO, LOA) <sup>1</sup> e noções de contabilidade pública	Realização de deliberações sobre as políticas públicas para criança e adolescente contemplados na administração pública municipal
		Realização do orçamento criança em Presidente Tancredo Neves
Comunicação e Articulação Institucional	Estruturação da Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Rede do Baixo Sul da Bahia articulada.
Planejamento	Formação do CMDCA na elaboração de projetos	Realização de projetos elaborados pelo CMDCA e por instituições que atuam na proteção dos direitos da criança e do adolescente
Análise Financeira e Prestação de Contas	Avaliação da Prestação de Conta dos Projetos Apoiados e do CMDCA	Aprovação da Prestação de Conta dos projetos apoiados
	Acompanhamento da Prestação da Prefeitura para o TCM	Aprovação da Prestação de Conta da CMDCA
Orientação às instituições da Sociedade Civil para que possam se profissionalizar e captar recursos por meio da Lei 8069/90	Formação do CMDCA e Instituições para captação de recursos através do FIA	Realização da Prestação de Conta para o TCM
		Projetos/Instituições apresentados
Acompanhamento de Projetos	Formação do CMDCA para acompanhamento dos projetos apoiados pelo FIA	Projetos/Instituições aprovados
		Aprovação do acompanhamento aos Projetos

<sup>1</sup> PPA – Plano Plurianual, LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual

## 5. Resultados Esperados

- Fundo Municipal de Presidente Tancredo Neves fomentando os projetos com esses recursos e apoiando na execução de políticas públicas na garantia dos direitos da criança e do adolescente de projetos de entidades governamentais e não-governamentais;
- CMDCA de Presidente Tancredo Neves com estrutura administrativo-financeira funcionando;
- Rede de Proteção dos direitos da criança e do adolescente articulada e atuante, fazendo valer a democracia participativa;
- Conselho Tutelar e funcionando efetivamente no município de Presidente Tancredo Neves;
- Garantia dos direitos da criança e do adolescente para um público direto de 2.280 (Crianças e adolescentes) e um público indireto de 31.068 (Crianças e adolescentes) por ano.

## 5. ORÇAMENTO

Fonte / CR / Despesas	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	Total
<b>COORDENAÇÃO</b>	<b>6.600</b>	<b>13.100</b>	<b>7.100</b>	<b>22.600</b>	<b>6.100</b>	<b>7.100</b>	<b>6.600</b>	<b>23.764</b>	<b>7.100</b>	<b>6.600</b>	<b>6.600</b>	<b>23.100</b>	<b>136.364</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>3.900</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>3.900</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>3.900</b>	<b>19.800</b>
Consultoria Técnica	-	-	-	3.000	-	-	-	3.000	-	-	-	3.000	9.000
Estagiário	900	900	900	900	900	900	900	900	900	900	900	900	10.800
<b>Materiais</b>	<b>200</b>	<b>6.700</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>1.364</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>10.064</b>
Materiais de Escritório / Informática	-	1.500	-	-	-	-	-	1.164	-	-	-	-	2.664
Equipamento de Informática		5.000											5.000
Outros Materiais	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	2.400
<b>Infra-estrutura</b>	<b>5.400</b>	<b>5.400</b>	<b>5.900</b>	<b>18.400</b>	<b>4.900</b>	<b>5.900</b>	<b>5.400</b>	<b>18.400</b>	<b>5.900</b>	<b>5.400</b>	<b>5.400</b>	<b>18.900</b>	<b>105.300</b>
Telefones	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	4.800
Internet	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	3.600
Correios e malotes	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.200
Impressões e Publicações	-	-	500	-	-	500	-	-	500	-	-	500	2.000
Hospedagem				3.000				3.000				3.000	9.000
Transporte Aéreo				10.000				10.000				10.000	30.000
Serviços de manutenção equipamentos	500	500	500	500	-	500	500	500	500	500	500	500	5.500
Alimentação	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	6.000
Combustíveis	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	24.000
Aluguel Veículo	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	13.200
Transportes públicos	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	6.000
<b>Tributos, Taxas e Contribuições</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>1.200</b>
CPMF e Tarifas Bancárias	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.200
<b>TOTAL</b>	<b>6.600</b>	<b>13.100</b>	<b>7.100</b>	<b>22.600</b>	<b>6.100</b>	<b>7.100</b>	<b>6.600</b>	<b>23.764</b>	<b>7.100</b>	<b>6.600</b>	<b>6.600</b>	<b>23.100</b>	<b>136.364</b>
<b>FORTEALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (10%)</b>	<b>660</b>	<b>1.310</b>	<b>710</b>	<b>2.260</b>	<b>610</b>	<b>710</b>	<b>660</b>	<b>2.376</b>	<b>710</b>	<b>660</b>	<b>660</b>	<b>2.310</b>	<b>13.636</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.260</b>	<b>14.410</b>	<b>7.810</b>	<b>24.860</b>	<b>6.710</b>	<b>7.810</b>	<b>7.260</b>	<b>26.140</b>	<b>7.810</b>	<b>7.260</b>	<b>7.260</b>	<b>25.410</b>	<b>150.000</b>